



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

ATA Nº 2/2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA TRINTA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado pela primeira secretária, Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto, e pela segunda secretária, Rosa Maria dos Remédios Oliveira, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*:

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 11 de fevereiro de 2025.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
4. Autorização de alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sátão e a Junta de Freguesia de Silvã de Cima - Aditamento nº 1.
5. Discussão e votação da Proposta de designação de Júri para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.
6. Discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão) do ano de 2025.
7. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, apreciação dos documentos e votação da Prestação de Contas do ano de 2024.
8. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
9. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas nove horas e trinta e dois minutos, deu início à sessão.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa, Fernando Gomes e José Filipe Almeida.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2ª Secretária da Assembleia: Rosa Maria dos Remédios Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Os Membros: André Roxo Xavier de Sá, Sandra Almeida Cravo Fonseca, António Carlos Rodrigues, Rui Miguel Loureiro Cabral, Marco Augusto Lopes Almeida Girão, Hélder José de Jesus Vaz, Ricardo Filipe Moreira de Almeida, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Rui Miguel Almeida Lopes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, Rosa Maria Saraiva Simões, Joaquim José Cruz Afonso Albuquerque, Gonçalo Rui Martins Magalhães, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: António Gomes de Sousa – Avelal, Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Agostinho Machado Rodrigues – Mioma; António José Filipe Carvalho – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silvã de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Olindo de Albuquerque Pimentel – Romãs, Decermilo e Vila Longa.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de Sérgio Almeida Ferreira, Maria Lurdes Gonçalves Almeida, Tiago Orlando Jesus Rebelo, José Luís Correia de Almeida e de Manuel António Pina Lopes – Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Vila Boa, tendo sido substituídos por Adelino de Figueiredo Lopes, Lisa de Almeida Marques, Tiago André Cardoso Figueiredo, Eliseu Gomes Pimentel e Paulo Jorge Correia Almeida – Tesoureiro da Junta de Freguesia de São Miguel de Vila Boa, respetivamente.

Faltou: Hélder Alexandre Almeida Baptista – Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Deu início à sessão, à 09h32, cumprimentando todos os presentes e, como não havia público inscrito, feitas as devidas substituições, retomou a palavra abordando o tema do apagão que tinha ocorrido dois dias antes, 28 de abril. A este respeito referiu que atendendo à gravidade da situação, o Concelho não teve registo de problemas. Registou ainda o civismo das populações perante este acontecimento, tanto a nível local como a nível nacional. De seguida, colocou à votação a justificação da falta à presente reunião, apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos – Hélder Alexandre Almeida Batista por motivos de força maior.

Posta à votação, a justificação da falta foi aprovada, por unanimidade.

Dando continuidade à sessão, passou de imediato ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 11 de fevereiro de 2025.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 11 de fevereiro de 2025 à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos a favor: 26 (vinte e seis)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 3 (três)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o documento, foi aprovado, por maioria.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados.

Inscrições: Não houve inscrições.

Ainda no período Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Abriu as inscrições para as intervenções dos Srs. Deputados.

Inscrições: Gonçalo Magalhães; Presidente da Junta de Freguesia de Sátão; Ricardo Almeida.

Gonçalo Magalhães:

«Bom dia a todos

Cumprimentar o Senhor Presidente de Câmara

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele toda a mesa que o acompanha

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes de Junta

Senhores deputados

Algumas semanas atrás fomos assolados por um caso de falsificação de análises referentes ao controlo de água por parte de um laboratório e que afetou alguns municípios do no nosso país.

Tendo em conta a Lei nº35/2014, de 20 de Junho, habitualmente designada com a LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS, e enquanto membro eleito desta Assembleia Municipal de Sátão, venho aqui questionar o Senhor Presidente da Câmara acerca de um possível desvirtuamento da prossecução do interesse público.

Como todos sabemos, foi tema de discussão nesta Assembleia, a suspeita pública que caiu, sobre o funcionário deste município que se dignou prestar alguns esclarecimentos aqui acerca do seu eventual envolvimento no caso referente aos resultados de análises, feitas a água para consumo humano, com origem no laboratório com quem este município tinha um contrato de prestações de serviços.

É também do conhecimento de todos, e por ele foi aqui relatado, que tal funcionário esteve o dia inteiro sob custódia da Polícia Judiciária, enquanto minuciosas buscas eram realizadas ao seu gabinete.

Tendo em conta essas suspeitas, que indiciam um comportamento contra os interesses diretos do município, e que, a confirmarem-se, revelariam a quebra dos mais elementares deveres de funcionário, gostaria eu que o Senhor Presidente me pudesse esclarecer o seguinte:

A lei supracitada impõe, ou não, a abertura imediata de procedimento disciplinar?

Foi aberto procedimento disciplinar contra o funcionário, para apurar eventuais responsabilidades, ou, simplesmente, para afastar suspeitas?

Senhor Presidente, a simples instauração de um processo disciplinar serviria para que, caso se chegasse à conclusão que nada havia a censurar ao funcionário, serviria como um esclarecimento público quanto às suspeitas levantadas, ajudando a afastar essas mesmas suspeitas colocando este município como um bom exemplo de transparência e boas práticas por parte de um órgão executivo que se quer atento, responsável e justo, para com todos os seus trabalhadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Caso se chegasse à conclusão da existência da violação de deveres profissionais de conduta, do mesmo este de ser punido com a respetiva legislação em vigor.

Por fim gostaria de saber se já existe alguma informação ou até decisão sobre este caso por parte das autoridades competentes.

Relembro-lhe que ainda há pouco tempo tivemos uma outra situação, aqui, nesta mesma Câmara, onde, antes de qualquer decisão e procedimento criminal, foi instaurado um processo disciplinar e estipulada uma pena.

Obrigado.»

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Feitos os habituais cumprimentos, iniciou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a razão que levou à diminuição de 70.000,00€ na obra de construção da ETAR de Contige, e se, mesmo assim, essa ETAR iria ser concretizada ou significava que o Executivo desistiu dela. Uma outra questão prendia-se com a rotunda de Muxós. A este respeito, tendo notado um aumento da verba em 2.500,00€, referindo que esta não estava concluída, perguntou se havia previsão para a sua conclusão. Uma terceira questão tinha a ver com a atribuição de um subsídio, no valor de 17.500,00€, à Junta de Freguesia de Sátão, ao abrigo da alínea j), para a obras na sede da Junta de Freguesia. Tendo já iniciado essa obra, e como esse subsídio ainda não foi objeto de discussão e deliberação em sede de reunião de Câmara, perguntou se a pretensão de atribuição do dito subsídio se mantinha e, a manter-se, para quando seria disponibilizada.

Ricardo Almeida:

«Muito bom dia a todos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

caros colegas.

Quero hoje questionar a abertura recente de cerca de 43 vagas na Câmara Municipal de Sátão, das quais 35 vagas correspondem a reservas de recrutamento.

É um número expressivo — e é impossível não notar a evolução do volume de contratações ao longo dos últimos anos:

Depois de cerca de 30 vagas em 2021, houve uma forte quebra — com menos de 10 vagas por ano entre 2022 e 2023. Em 2024, voltou-se a subir para cerca de 20 vagas, e agora, em 2025, o número quase duplica.

A pergunta impõe-se: porquê agora?

É verdade que o mapa de pessoal previa estas vagas, mas também é verdade que essas mesmas necessidades já existiam nos anos anteriores — e não houve qualquer ação com esta dimensão. O que mudou? O que antes travava este recrutamento, e que agora deixou de ser um obstáculo?

Mais ainda: a opção por fazer 35 das 43 admissões através de reservas de recrutamento público — um mecanismo que, como sabemos, não garante automaticamente a colocação — levanta preocupações acrescidas.

Dá-se a entender que se está a contratar, quando na prática se está a criar uma falsa sensação de oportunidade e de estabilidade junto de dezenas de pessoas que, provavelmente, podem nunca chegar a ocupar os lugares.

Por isso, coloco à Câmara duas questões muito concretas:

- 1. Que fatores objetivos justificam esta concentração de admissões em 2025?*
- 2. Porque não foi feita uma distribuição mais equilibrada dessas vagas ao longo dos últimos anos?*
- 3. Existe algo que desconheço e o Sr. Presidente consegue garantir a estas 35 pessoas que as vagas garantem emprego?*

Acrescento ainda a preocupação com o uso excessivo da figura da reserva de recrutamento — e com a forma como isso pode alimentar expectativas que não correspondem à realidade, sobretudo num momento em que tanta gente procura uma oportunidade com esperança legítima.

Os serviços municipais precisam de estabilidade, de planeamento e de reforço com critério.



5

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Obrigado.»

Presidente da Câmara: Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. De seguida respondeu primeiramente ao Sr. Deputado Gonçalo Magalhães, dizendo que o assunto a que se referiu não tinha propriamente a ver com o Município, mas sim com o Laboratório de análises de água, em questão. Depois de fazer novamente uma breve abordagem do assunto, disse que o mesmo estava em segredo de justiça e que aguardava, serenamente, o seu desfecho para posteriormente se pronunciar. Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, em relação à obra da ETAR de Contige, disse que não só essa, mas também a de Samorim, o saneamento a Vale de Macieiras – Rio de Moinhos e o saneamento que ligará a Rua Sá Carneiro a Muxós, Travessa da Tapada, são obras que já foram postas a concurso público. Relativamente à Rotunda de Muxós referiu que ele tinha razão, mas ainda não tinha uma resposta quanto à data de execução. Quanto ao subsídio ao abrigo da alínea j) para obras no exterior da sete da Junta de Freguesia, disse que o que havia dito ao Sr. Presidente de Junta se mantinha e que se já iniciaram as obras, levará à próxima reunião de Câmara a proposta de atribuição do dito subsídio. Em resposta ao Sr. Deputado Ricardo Almeida disse que os Concursos que foram abertos constavam no Mapa de Pessoal para 2025, o qual tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal. Concretamente a respeito das Bolsas de Recrutamento referiu que tinham posto a concurso dois tipos de Bolsas de Recrutamento, uma com lugares a concurso por tempo indeterminado e outra com lugares a termo certo, que tem como finalidade a resolução imediata de situações que acontecem no dia a dia, como por exemplo substituições de trabalhadores ausentes por baixas médicas de longa duração. Disse ainda que o Município recorreu a este tipo de Concursos de forma a agilizar burocracias, encurtar tempos e poupar custos dos procedimentos, pois têm a duração de dezoito meses. Tendo estas Bolsas disponíveis, será mais fácil e rápido colmatar as necessidades que vão surgindo.

Presidente da Assembleia: Terminada a discussão neste ponto, tendo, entretanto, chegado público que pretendia intervir, embora tivessem vindo fora de tempo, questionou a Assembleia, perguntando se alguém se opunha à intervenção dos Municípes ali presentes. Como ninguém se opôs, deu a palavra ao Público.

Intervenção do Público:

Sr. José Bernardino: Depois de apresentar desculpas e justificações pelo atraso, e agradecer a compreensão da Assembleia, interveio dizendo o seguinte:

«Estamos em representação da comissão de moradores de Rio de Moinhos, que nos mandatou para virmos aqui fazer uma pergunta: se eventualmente colocassem à porta de qualquer um de vós, uma manada de vacas a pastar livremente qual seria o papel que os senhores desempenhariam relativamente a esse procedimento? Muito obrigado pela abertura.»

Presidente da Assembleia: Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder à questão colocada, uma vez que aquele era um assunto do Órgão Executivo.

Presidente da Câmara: Respondendo à questão que foi colocada começou por dizer que, em tempos, antes das vacas lá serem colocadas, a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos tinha feito chegar uma comunicação ao Município, que foi discutida em reunião de Câmara Municipal, onde foi determinado que, como não havia ali nenhum animal, era extemporâneo a tomada de qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

decisão. Depois, o Presidente da Câmara Municipal, diligenciou junto da DGAV, no sentido de saber se tinha dado entrada algum pedido para colocação das vacas naquele local. Tanto a DGAV como a CCDR Centro, responderam que não havia nenhum pedido naquele serviço em nome do proprietário do terreno. Descobrimo-se que o plano estava em nome, não do proprietário, mas sim de uma empresa, voltou a questionar a DGAV e a CCDR Centro, ficando a saber que quem deu autorização para a colocação de vacas naquele local, foi a CCDR Centro. Informou ainda que já tinha sido levantado um auto de contraordenação por causa do barracão que foi erigido no local, sem qualquer licenciamento. No momento, depois de ter enviado todos os documentos solicitados à CCDR Centro, aguardavam resposta dessa entidade. Disse ainda que o assunto não estava esquecido, até porque concorda com a indignação dos moradores. Quanto à pergunta que foi ali colocada, respondeu que não gostava que colocassem uma manada de vacas à sua porta, compreendendo, portanto, a revolta ali demonstrada.

Presidente da Assembleia: Considerando encerrado este ponto, prosseguiu os trabalhos.

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir o assunto, e antes de o colocar à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Disse que aquele assunto era para conhecimento e que tinha a ver com a movimentação de verbas relacionadas com compromissos plurianuais, descritos na informação que todos receberam. Referindo-se ao documento, disse que se necessitassem de alguma explicação, estavam à vontade para lhe colocar quaisquer questões.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Como ninguém se inscreveu, passou ao ponto seguinte.

4. Autorização de alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sátão e a Junta de Freguesia de Silvã de Cima - Aditamento nº 1.

Presidente da Assembleia: Introduziu o assunto e, antes de o colocar à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Informou que a Junta de Freguesia de Silvã de Cima, à semelhança de outras Freguesias, solicitou alteração da verba adstrita ao Contrato Interadministrativo celebrado com a Câmara Municipal, em 2 de maio de 2022. Tendo sido aprovado, em deliberação unânime da Câmara Municipal, o aditamento ao aludido contrato, com as alterações solicitadas. Esse aditamento era ali apresentado para que a Assembleia Municipal deliberasse no sentido de autorizar as ditas alterações.

Inscrições: Não houve inscritos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

7

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Presidente da Assembleia: Como ninguém se inscreveu, feita a discussão da alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, foi autorizada a alteração ao Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Sátão e a Junta de Freguesia de Silvã de Cima - Aditamento nº 1, unanimemente.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

5. Discussão e votação da Proposta de designação de Júri para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.

Presidente da Assembleia: Antes de abrir as inscrições, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Disse que este assunto era referente ao concurso para o cargo de dirigente intermédio de 3º Grau da Unidade Financeira. Sendo um cargo de direção, era necessária nomeação de um júri, aprovado pela Assembleia Municipal. Assim sendo, este assunto vinha à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo intervenções, a Proposta em referência, foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 29 (vinte e nove)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a Proposta de designação de Júri para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau, foi aprovada por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa (Revisão) do ano de 2025.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar o assunto à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente de Câmara.

Presidente da Câmara: Enumerou e descreveu as obras que levaram à necessidade de proceder à Alteração Modificativa apresentada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inscrições: Não houve.

Presidente da Assembleia: Sem inscrições, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 1 (uma)

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que, a 2ª Alteração Modificativa (Revisão) do ano de 2025 foi aprovada, nos termos do disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, apreciação dos documentos e votação da Prestação de Contas do ano de 2024.

Presidente da Assembleia: Depois de introduzir este ponto, e antes de abrir as inscrições, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que, em relação ao Inventário, provavelmente estaria concluído no final do corrente ano. Relativamente à prestação de Contas, disse que esta não era como o Plano e Orçamento. A prestação de contas era aquilo e aquilo mesmo plasmado no documento que foi fornecido a todos os Srs. Deputados para conhecimento. Fazendo uma breve referência à forma como aquele documento era ali apresentado, referiu que de seguida, a Srª Drª Susana Pinto, Chefe da Unidade Financeira, iria explicar o documento, através da apresentação de mapas e gráficos, e esclareceria quaisquer dúvidas do foro técnico. Quanto às explicações políticas, ele próprio daria as que lhe fossem solicitadas. Informou, ainda que o Município ocupava a 27ª posição no *ranking*, em relação ao desempenho dos Municípios, no ano de 2024.

Drª Susana Pinto: De uma forma técnica, explicou os diapositivos que ia apresentando, os quais descreviam o Relatório elaborado concernente ao desempenho orçamental do município, durante o ano de 2024.

Inscrições: Ricardo Almeida; Presidente da Junta de Freguesia de Sátão.

Ricardo Almeida: Referiu que a sua questão tinha a ver com a execução das despesas de capital que, em 2024, se fixou nos 37,8%. Assim, disse que gostava de perceber se, para o ano de 2025, na ótica do Sr. Presidente com listagem de investimentos em ação, a percentagem vai para 70%, ou se vão continuar com uma execução baixíssima, só com promessas de obra que vão arrancar ou vão ser finalizadas.

António José Carvalho (Pres. Junta de Sátão): Começou por dizer que queria fazer uma pequena reflexão abordando dois aspetos que diziam respeito ao Relatório do Auditor Externo. Em relação ao saldo avultado que transitou de ano, disse que era fácil de manter, sobretudo se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

não se fizesse obra, pois nesse parecer verifica-se que só foi executado um terço do orçamento. Continuou dizendo que o documento em discussão denotava uma diminuição da capacidade executiva e uma falta de previsibilidade do orçamento apresentado. Terminou referenciando um erro, ou lapso, no Parecer do Auditor, chamando à atenção para a sua correção, pois num determinado ponto do texto estava escrito Município de Sernancelhe onde deveria constar Município de Sátão.

Presidente da Câmara: Relativamente à última parte da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sátão, disse que iriam comunicar esse lapso aos Auditores para que procedesse à devida correção. Relativamente à questão de só terem executado, de despesas de capital, 37,8%, ou um terço do capital, respondendo aos dois intervenientes, disse que as obras não foram executadas porque aguardavam comparticipação. Disse ainda que o saldo de oito milhões que transitou já incorporava valores dessas comparticipações que, entretanto, foram transferidos para o Município. Referiu ainda que, como já tinham as situações que elencou anteriormente todas resolvidas, isto é, as obras referidas tinham obtido comparticipação, provavelmente, no ano de 2025, a execução orçamental atingiria uma percentagem maior. Terminou mencionando que, paulatinamente, vão *"fazendo as coisas"*.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir, feita a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, e apreciação dos documentos, foi posta à votação a Prestação de Contas do ano de 2024, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 18 (dezoito);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 11 (onze);

Estavam presentes 29 (vinte e nove) membros na sala, pelo que o documento foi aprovado, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

8. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

9. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Referiu que, como tem vindo a ser prática nas sessões anteriores, se nenhum Deputado se opusesse, sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, colocava os pontos oito e nove à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Carlos Rodrigues; Ricardo Almeida.

Carlos Rodrigues: Depois de cumprimentar todos os presentes, fazendo um à parte, disse que se o Sr. Presidente aplicasse com as Juntas de Freguesia o que pratica em relação aos financiamentos ou comparticipações para as obras, seria mais fácil as Juntas realizarem obras. Continuando falou do tema: 25 de Abril. A este respeito disse que no ano que decorria se comemoravam 51 anos da Revolução de abril e 50 anos sobre as primeiras eleições livres e, embora se estivesse a atravessar um período de luto nacional pelo falecimento do Papa Francisco,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

esta data não deveria passar em claro. Na sua opinião, o Papa Francisco onde estiver, certamente ficaria muito feliz por estarem a comemorar a liberdade com todos, mesmo todos. Disse ainda que deixar passar esta data em falso, não era o mais correto, apesar de se saber que o Município tem por princípio comemorar o 25 de Abril de 1974 apenas de 5 em 5 anos. Finalizou dizendo que, pelos tempos que correm e atendendo ao que tem vindo a acontecer na sociedade, cada vez mais é importante relembrar Abril e a Liberdade. Outra questão que o trazia ali prendia-se com o estado da estrada entre Sátão e Pereiro, passando por Contige, a qual está cada vez mais deteriorada, nomeadamente na curva das Carvalhas. Se não fosse possível uma intervenção em toda a Estrada, deveriam intervir naquela curva. Terminou levantando a questão da ETAR de Contige e alertado para a necessidade urgente dessa obra, pois a que existe não responde às necessidades, sendo, no momento, um perigo para a saúde pública.

Ricardo Almeida: Começou por dizer que iria abordar três questões. Numa primeira, relativamente à construção do Campo de Padel, perguntou por que razão se encontrava fechado, se havia previsão para a sua abertura e quais seriam as condições de funcionamento. Quanto ao funcionamento perguntou se haveriam horários fixos e se o seu uso traria custos ao utilizador. Num segundo ponto, referiu-se ao que considera ter sido “um apagão” no que respeita às comemorações do 25 de Abril. Por fim abordou o tema da Igreja Matriz do Castelo. Sendo já a segunda vez que trazia ali o assunto, devido ao estado de perigosidade em que esta se encontra, conhecendo as diligências da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia no sentido de realizar as tão necessárias obras, apelou a estes dois Órgãos que, dentro das possibilidades, envidassem esforços extra no sentido de concretizar a reparação urgente daquela Igreja.

Presidente da Câmara: Começando por responder ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues, relativamente ao à parte, disse que este não tinha razão de ser e o Sr. Deputado estava enganado, até porque havia Juntas que, por vezes, solicitavam adiantamentos e eram-lhes concedidos, sendo certo que assim que comunicavam o início das obras, os subsídios atribuídos eram-lhes transferidos de imediato. Em relação às comemorações do 25 de Abril, respondendo a ambos os Deputados, referiu que, no ano anterior, comemoraram-se os 50 anos condignamente, erigindo um monumento alusivo no jardim em frente ao Paços do Concelho, colaborando na edição de um livro intitulado “Sátão – 50 anos de Liberdade”, da autoria do Dr. Acácio Pinto, duas peças de Teatro, uma apresentada pelo Teatro ABC – Companhia Nacional de Teatro Português, e outra levada à cena pela Escola Municipal de Teatro de Sátão, e ainda uma exposição concernente ao tema. Mencionando que era uma questão de opção efetuar, ou não, comemorações de datas, disse que todos podiam e deviam viver o 25 de Abril diariamente, sem ter necessidade de andar sempre a comemorá-lo em data específica, pois há outras datas também muito importantes para o país, as quais não se comemoram anualmente. A respeito da estrada entre Sátão e Pereiro, informou que aguardava que o financiamento da obra em 50%, que lhe tinha sido prometido pelo Sr. Secretário de Estado do Governo cessante, seja reiterado pelo próximo. Em relação ao estado da ETAR de Contige, disse que o problema existente estava perfeitamente identificado. Aguardavam que as condições climáticas melhorassem para proceder à reparação. Revelou ainda que este assunto nada tem a ver com as novas ETAR que vão ser construídas em Contige. Em relação à questão do Campo de Padel apresentada pelo Sr. Deputado Ricardo, disse que estavam a ser executadas obras à volta do campo, para criar um recinto onde não seja permitido o estacionamento de viaturas. Assim que essas obras terminassem, esperando que seja brevemente, abririam o campo à população. Dirigindo-se ao Sr. Deputado Ricardo disse-lhe que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

quando ali foi falar do problema da Igreja Matriz, chegou a pensar que fosse parabenizar a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, por criarem ali umas casas de banho e andarem a fazer o Centro, mais a cima, que irá funcionar como Museu. Mas como a política, para alguns, está acima de tudo, só vêm o que está mal, não lhes interessando o que está bem. No entanto, compreendia perfeitamente a atitude. Quanto à Igreja Matriz do Castelo – Ferreira de Aves, reiterou que foi elaborado o projeto e também se solicitou à Direção Regional da Cultura para autorizar aquele projeto que, posteriormente, foi entregue ao Sr. Padre Hermelindo que, segundo o informou, aguardava pelo empreiteiro. Terminou transmitindo que, depois de se iniciarem as obras, caso o Sr. Padre viesse a verificar que a verba disponível não era suficiente, mediante a sua solicitação e dependendo do montante em questão, certamente a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia ajudariam.

Presidente da Assembleia: Retomando a palavra disse que concordava, já dos tempos de Vereador, com o método que o Sr. Presidente utilizava para conseguir angariar fundos. Referindo-se à estrada entre Sátão e Pereiro, referiu que esta necessitava de uma intervenção urgente, nomeadamente a curva que foi referenciada. Na sua opinião, quer a Câmara consiga o apoio prometido, quer não, terá de executar essa obra, sob pena de vir a ter ali graves problemas. De seguida, terminadas as intervenções e não havendo mais nenhum assunto para discutir, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a sessão, pelas onze horas e oito minutos, desejando a todos um resto de bom dia e um bom Feriado do Dia do Trabalhador.

O Presidente da Assembleia

As Secretárias

